



CONSELHO ADMINISTRATIVO FUNSERV

Mandato 2020/2024

Exercício 2021

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REFERÊNCIA OUTUBRO/2021 DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA-FUNSERV

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, realizou-se, em caráter excepcional, devido ao Estado de Calamidade decretado no Município de Sorocaba (Decreto nº 25663/20), face à pandemia do COVID-19, reunião do Conselho Administrativo de modo não presencial, através da plataforma denominada *Google Meet*. Em atenção à convocação do Presidente do Conselho, bem como à Resolução FUNSERV nº 001/2021, que dispôs sobre o calendário das reuniões ordinárias do Conselho Administrativo para 2021, em primeira chamada às 18h00 e em segunda chamada às 18h15, deu-se início à reunião, onde deliberaram sobre o que segue: SEÇÃO – I: FASE DE EXPEDIENTE (art. 17 da Lei Municipal nº 4169/1993): A) Verificação de quórum: iniciando a reunião, dada a ausência do Presidente do Conselho, Sr. Fábio Salun Silva, assumiu sua presidência “ad hoc” a conselheira Sra. Silvana Maria Siniscalco Duarte Chinelatto. Ela passou a conduzir a pauta, após abertura oficial, verificação de quórum e saudação. Os membros Alexandre Junger e Carlos Eduardo Barbosa João justificaram, previamente, a ausência à reunião. Alguns conselheiros apresentaram dificuldades de conexão, inclusive por estarem a trabalho remotamente ou em locais externos, pelo que, a listagem de presença está flexibilizada neste período de pandemia. Quórum verificado para dar início à reunião, a presidente em exercício delegou ao Sr. Edgar as funções de secretário para a presente reunião. SEÇÃO – II: FASE DA ORDEM DO DIA: (arts. 18 e seguintes da Lei Municipal nº 4169/1993). ITEM 1– APROVAÇÃO DO PARECER/ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS: O Sr. Edgar informou que foi enviado na tarde do dia 25/10/2021, via e-mail, aos membros do Conselho Administrativo, as atas e o parecer do Comitê de Investimentos, decorrente da reunião realizada pelo referido Comitê em 19/10/2021. Em seguida, entendeu pertinente destacar alguns pontos tratados naquela reunião e que constam no material encaminhado. A respeito dos recursos da Previdência, informou que, ao final de Setembro/2021, o valor dos recursos aplicados totalizou R\$1.946.071.733,32. Deste valor, os recursos alocados em renda fixa totalizaram R\$1.239.450.678,53, o que representou 63,69% do total de recursos e, neste segmento, a rentabilidade foi de 0,52% no mês, com retorno de R\$6.416.720,28 no período. No segmento de renda variável, o montante acumulado ao final do mês foi de R\$577.346.793,57, o que representou 29,67% e, neste segmento, a rentabilidade foi de -6,00%, com retorno negativo de -R\$36.833.688,55. Comentou que a rentabilidade negativa na renda variável, em -6,00%, foi muito afetada pela rentabilidade de fundos atrelados ao mercado interno, visto que o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, caiu -6,57% no mesmo período. Além disto, mesmo os ativos atrelados ao mercado externo sofreram quedas, em função do cenário econômico no exterior, conforme detalhado no

material enviado pelo Comitê de Investimentos. Informou ainda que, no segmento de investimento no exterior, o saldo foi de R\$129.274.261,22, o que representou 6,64% do total de recursos e, neste segmento, a rentabilidade foi de 0,47% no mês, com retorno de R\$598.833,71. Destacou que a rentabilidade positiva, no segmento de investimento no exterior, demonstra o comportamento diverso dos fundos de renda variável com exposição ao mercado interno e que tiveram rentabilidade negativa e, isto evidencia os benefícios da diversificação da carteira. Em seguida, informou que a rentabilidade total da carteira foi de -1,51%, com retorno negativo de -R\$29.818.134,56 e, com isto, ficou abaixo da meta de rentabilidade (meta atuarial), que foi de 1,61% para o mês. No acumulado do ano, a rentabilidade é de -0,71%, o que representa uma distância de 11,95% da meta de rentabilidade acumulada no ano, que foi de 11,24%. Ressaltou que, conforme constou na ata e parecer do Comitê de Investimentos, o cenário econômico continuou desafiador no mês de Setembro/2021, com maior volatilidade nos fundos de renda variável. A respeito da aquisição de Títulos Públicos, informou que está em conclusão o processo de contratação do serviço de custódia, que o estudo de ALM deve ser concluído na próxima semana e que nos próximos dias deve ser publicado o edital de credenciamento das instituições financeiras que atuarão na intermediação da compra e venda de títulos públicos junto à FUNSERV e, dessa forma, entende que, ainda no mês de novembro, seja possível realizar as primeiras aquisições de títulos públicos, visando a sua precificação pela marcação na curva. O Sr. José Antonio indagou sobre o impacto da aquisição de títulos públicos e sua marcação na curva, ainda em 2021. O Sr. Edgar esclareceu que atingindo o limite de alocação previsto na política (30%), no início do mês de Dezembro/2021, tal medida pode colaborar com uma melhor performance no mês de dezembro, o que deve contribuir para que, ao menos, a carteira de investimentos encerre o ano com rentabilidade positiva. No entanto, tudo dependerá do cenário econômico dos próximos meses, especialmente, da taxa de juros e da evolução da carteira de renda variável, a qual muito impacta no total da carteira. Em seguida, o Sr. Edgar então apresentou as propostas do Comitê de Investimentos para aplicação e realocação dos recursos, da área de previdência, para o próximo mês: 1) A respeito dos recursos novos, que devem ingressar no mês de Novembro/2021, referente ao saldo remanescente das contribuições previdenciárias do Fundo Previdenciário, em torno de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), propõe-se aplicação da seguinte forma: a) R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) no fundo Santander Global Equities Dólar Master Investimento no Exterior FI Multimercado – CNPJ: 17.804.792/0001-50, e; b) R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) no fundo BB Global Select Equity Investimento no Exterior FI Multimercado – CNPJ: 17.413.636/0001-68, e; 2) Quanto aos recursos da compensação previdenciária (COMPREV), em torno de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), propõe-se que sejam aplicados no fundo Santander Global Equities Dólar Master Investimento no Exterior FI Multimercado – CNPJ: 17.804.792/0001-50. O Sr. Edgar esclareceu aos membros do Conselho que os fundos indicados para aplicação se enquadram como fundos de investimento no exterior e que, considerando que os fundos enquadrados neste segmento têm contribuído com a diversificação da carteira, conforme bem se observa no resultado de Setembro/2021, entende pertinente ampliar o volume de recursos neste segmento. Em função da alta volatilidade do mercado, tanto em âmbito interno como no exterior, bem como da cotação do dólar, o que impacta diretamente os fundos alocados neste segmento, entende que a ampliação de recursos neste segmento deve ser realizada de forma gradual. Informou que, caso as propostas sejam aprovadas, com tais operações, a carteira

passaria a ter 59,58% em renda fixa, 31,97% em renda variável e 8,46% em investimentos no exterior, obedecendo aos limites legais impostos e à política de investimentos. Em seguida, passou a palavra aos membros do Conselho para esclarecer eventuais dúvidas, não havendo manifestação. Em seguida, a Presidente em exercício, encaminhou as propostas para votação, sendo aprovadas por unanimidade. Em continuidade, o Sr. Edgar apresentou as informações referentes à carteira de investimentos dos recursos da assistência à saúde. Informou que, ao final do mês de Setembro/2021, o volume total de recurso no Fundo Reserva da Assistência à Saúde era de R\$16.441.187,22 sendo R\$13.910.422,62 no segmento de renda fixa e R\$2.530.764,60 no segmento de renda variável. O retorno total da carteira foi de -R\$67.458,23 o que representou retorno negativo de -0,20%. Na renda fixa, o retorno foi de R\$99.479,11 o que representou 0,68% e, na renda variável, o retorno foi de -R\$166.937,34 o que representou -6,19%. A rentabilidade total da carteira foi de -0,20%, abaixo da meta de rentabilidade (IPCA), que foi de 1,16%. A rentabilidade acumulada no ano foi de 2,19%, o que representa uma distância de 4,71% da meta de rentabilidade acumulada de 6,90%. O Sr. Edgar informou que, a respeito da carteira da assistência à saúde, o Comitê apresentou a seguinte proposta: 1) Resgate total do fundo BB Retorno Total FIC Ações – CNPJ: 09.005.805/0001-00, valor de R\$772.551,74 (Posição Em 15/10/2021) e aplicação no fundo de fluxo de caixa BB Perfil FIC Renda Fixa Referenciado DI Previdenciário LP – CNPJ: 13.07.7.418/0001-49, observando, para resgate, a rentabilidade mínima acumulada de 2% (dois por cento). Esta proposta visa reduzir o risco da carteira, com menor exposição em renda variável. Após esta migração, considerando a posição da carteira analisada pelo Comitê de Investimentos (cota de 15/10/2021), os recursos em renda fixa passariam de 81,48% para 86,97% e, em renda variável, de 18,52% para 13,03% da carteira. O Sr. Edgar passou a palavra aos membros, não havendo manifestação. Em seguida, a presidente colocou a proposta em votação, sendo aprovada por unanimidade.

ITEM 2 - ANÁLISE DAS CONTAS DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE: Em seguida, o Sr. José Antonio apresentou as informações de receitas e despesas da assistência à saúde, referentes ao mês de Setembro/2021. Esclareceu que, no mês de setembro, o total de receitas foi de R\$10.027.445,60 e, o total de despesas liquidadas, foi de R\$11.481.193,17. Dessa forma, o déficit mensal foi de -R\$1.453.747,57. Entende importante este resultado, visto que o déficit do mês de setembro reduziu quando comparado aos meses anteriores. Em comparação com o mês de Agosto, por exemplo, o déficit reduziu pela metade. Destaca, no entanto, que acredita que este déficit deve persistir, mas que vislumbra uma estabilização dos custos. Entende que o déficit que vem sendo acumulado deve reduzir com o ingresso das contribuições sobre o 13º salário e com o aumento das contribuições, em função do aumento no salário dos servidores, previsto para início do ano que vem. Tais contribuições devem ajudar a reduzir o déficit, embora não seja suficiente para saldá-lo. Comentou sobre as redução no custo dos medicamentos oncológicos, após negociações com os fornecedores. Ressaltou que entende que o custo médio mensal da assistência à saúde deve ficar entre R\$10,5 ou R\$11 milhões. Comentou que, nos últimos meses, houve aumento na quantidade de testes de Covid-19, visto que muitos beneficiários têm buscado atendimento médico e estes tem indicado o teste. Ressaltou a atuação da auditoria da saúde da FUNSERV e que recebeu os relatórios de auditorias apontando glosas em torno de 30% das contas de hospitais. Destacou que, com a ampliação da auditoria, atualmente, somente contas hospitalares auditadas são pagas e comentou da constante busca pela redução dos custos da assistência à saúde. Comentou que houve uma reunião na Prefeitura, que contou com a presença do sindicato

para tratar, especificamente, da contribuição da assistência à saúde sobre o 13º salário. A Sra. Silvana comentou que, naquela reunião, a Prefeitura, representada pelo Secretário da Fazenda, mostrou apoio à FUNSERV, em função da compreensão da necessidade financeira deste recurso, essencial para a manutenção dos serviços. O Sr. José Antonio comentou sobre a anistia que houve por três anos, nos quais não houve o repasse da contribuição sobre o 13º e que, naquele momento, havia reserva financeira para dispor. Ressaltou que a pandemia de Covid-19 era algo imprevisível, que consumiu os recursos da reserva financeira e que este episódio deve ser levado em consideração, como uma lição, a fim de interpretar o fundo da reserva financeira da assistência à saúde de outra forma a partir desta realidade. Destacou que, como servidor, prefere deixar de gastar um pouco do seu 13º no final do ano, mas preservar a assistência à saúde. Citou que o pedido de exclusão da contribuição da assistência à saúde sobre o 13º salário tem sido uma reivindicação do sindicato, mas não dos servidores. Destacou que o olhar da FUNSERV é sempre oferecer o melhor ao servidor, garantir a assistência à saúde dos servidores, continuar atendendo com excelência. A Sra. Silvana ressaltou que a intenção não é penalizar o servidor e que o movimento contra a contribuição sobre o 13º salário talvez não tenha tido tanta repercussão, pois os servidores estão muito preocupados com a sua saúde e de seus familiares. O conselheiro Pedro indagou se, na reunião, o sindicato compreendeu a situação. A Sra. Silvana explicou que, embora o assunto tenha sido compreendido, se trata de uma demanda política. O Sr. Pedro comentou que a FUNSERV busca sempre preservar o servidor e que observa que esta reivindicação é comum no final do ano. O Sr. José Antonio destacou que propôs, durante a reunião, que a alíquota então fosse alterada, de forma que a contribuição sobre o 13º passasse a ser diluída nos 12 meses. A Sra. Silvana comentou que, até mesmo a Prefeitura, prefere pagar as contribuições em 12 meses. Contudo, politicamente não é o momento para esta alteração. A respeito dos dados apresentados, o conselheiro Sr. Osmir indagou ao Sr. José Antonio ao que se refere o item “Receita Patrimonial”, na assistência à saúde. O Sr. José Antonio explicou que se trata dos rendimentos financeiros oriundos das aplicações financeiras dos recursos que compõe a reserva da assistência à saúde. Destacou que, como o valor da reserva tem reduzido, visto que é utilizado para cobrir as despesas mensais, cada vez há menos recurso e, com isto, também há a redução dos rendimentos das aplicações financeiras. Explicou da dinâmica da carteira da assistência à saúde, diferente dos recursos previdenciários, pois, na saúde, os recursos devem estar disponíveis para resgate no curto prazo, caso seja necessário.

ITEM 3 – ACORDOS ADMINISTRATIVOS DE PROCESSOS JUDICIAIS: A Sra. Silvana comentou que o Projeto de Lei que trata dos acordos administrativos para devolução de valores, pela administração, como é o caso da contribuição previdência que incidiu, até o ano de 2019, sobre o terço de férias foi aprovado na Câmara Municipal e deve seguir para sanção do Prefeito. Comentou que os servidores devem receber os valores nos próximos meses e que isto deve ajuda-los.

ITEM 4 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: O Sr. José Antonio comentou que a minuta do Projeto de Lei da Previdência Complementar foi compartilhada com todos os conselheiros, conforme solicitado na última reunião. Informou que não recebeu apontamentos ou sugestões. Comentou que a minuta foi então encaminhada para a Prefeitura e deve seguir para a Câmara, como de praxe. Comentou ainda que a Lei que trata da alíquota de 14% dos servidores deve ser adequada, também nos próximos dias, para deixar mais evidente a data de incidência da nova alíquota.

ITEM 5 - ASSUNTOS GERAIS: A Sra. Silvana abriu a palavra aos membros do Conselho, para assuntos gerais, não havendo manifestação.

SEÇÃO III – ENCERRAMENTO: Após

verificar que não existiam mais assuntos a serem tratados, a presidente deu encaminhamento ao encerramento da reunião, agradecendo a todos pela presença. Não havendo nada mais a tratar, encerraram-se os trabalhos às 18h55min, e para constar eu, Edgar Aparecido Ferreira da Silva, secretário designado, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e posteriormente publicada junto ao site da Funserv, ficando a próxima reunião ordinária agendada para 29 de novembro de 2021, conforme previsto na Resolução FUNSERV nº 01, de 15/01/2021.-----

Sorocaba, 26 de outubro de 2021.

Edgar Aparecido Ferreira da Silva
Secretário Designado

PRESENTES NA REUNIÃO:

Alexandre Rosa Lima	Membro Titular
Ana Paula Favero Sakano	Membro Titular
Cilsa Regina Guedes Silva	Membro Titular
Edgar Aparecido Ferreira da Silva	Membro Titular – Gestor dos Recursos do RPPS
Edinaldo Souto Proença	Membro Titular
José Antonio de Oliveira Júnior	Membro Titular - Licenciado - Dir. Adm. e Financeiro
Luiz César Domingues Moraes Sobrinho	Membro Titular
Maria Angélica Martins Alves Porto	Membro Titular
Maria do Socorro Souza Lima	Membro Titular - Licenciado - Dir. de Previdência
Pedro de Oliveira Rosa	Membro Titular
Setembrino Ferraz Júnior	Membro Titular
Silvana Maria Siniscalco Duarte Chinelatto	Membro Titular – Presidente da FUNSERV
Wanderlene Aparecida Lopes Mariano	Membro Titular
Gêmina Maria Pires	Membro Titular (Res. FUNSERV nº 04/2021)
Marcelo Stefani	Membro Titular (Res. FUNSERV nº 04/2021)
Osmir Antonio da Silva	Membro Suplente
José Marcos Trindade	Membro Titular do Conselho Fiscal
Laíde Aparecida Trindade	Gestora Administrativa da Saúde